

## **Intervenção sobre os despejos na Mouraria, na Assembleia Municipal de Lisboa de 4 de Julho de 2017**

A situação de despejos na Mouraria que hoje apreciamos é um exemplo claro e triste dos problemas de habitação, principalmente no centro da cidade.

Estas famílias são vítimas das leis das rendas que, aliada, à pressão turística, expulsa os moradores das suas casas, onde vivem há décadas, e isso é inaceitável.

São 16 famílias, 40 pessoas. Não são números, são pessoas, são famílias, são vidas e a habitação é um direito constitucional.

Os moradores já enviaram cartas à CML, foram a reuniões de Câmara e vieram aqui à Assembleia Municipal. A Assembleia, na pessoa da Sr. Presidente, comprometeu-se a acompanhar o assunto.

Perante isto, importa saber o que já fez ou o que vai fazer a CML para resolver este problema, porque uma coisa é certa, a CML não pode virar as costas aos moradores.

É verdade que existe nesta Assembleia um grupo de trabalho de acompanhamento da habitação mas isso de nada adianta se a CML não der respostas céleres a quem precisa. As pessoas não querem só reuniões, querem os seus problemas resolvidos.

A Câmara tem muito património no centro da cidade e esse património deve ser disponibilizado para habitação e não vendido para especulação imobiliária, como tem acontecido.

É preciso arranjar soluções rapidamente, e na Mouraria, porque estas pessoas não podem ficar na rua.

Se a Câmara tem casas, há solução. E se tem casas, devem ser usadas para casos como este.

Não pode ser tudo um negócio em Lisboa. É caso para perguntar onde está a justiça social e o direito constitucional à habitação no meio disto tudo? É caso para saber por que foram estes moradores abandonados à sua sorte e se vai continuar a ser dada prioridade à especulação imobiliária e à turistificação, em detrimento do direito constitucional à habitação e dos interesses e necessidades dos moradores?

**Cláudia Madeira**

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”